



CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Estado do Rio de Janeiro

CONTRATO N.º 030/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 219/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (QUENTINHAS) ACOMPANHADAS DE UM COPO DE REFRESCO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA – RJ E A EMPRESA VALENÇA 17 RESTAURANTE E PIZZARIA.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Valença, inscrita no CNPJ n.º 39.756.648/0001-28, com sede na Praça XV de Novembro, n.º 676, Centro, Valença, RJ, representada por seu Presidente, Eduardo Lima Santana de Ávila.

CONTRATADA: VALENÇA 17 RESTAURANTE E PIZZARIA, inscrita no CNPJ n.º 03.103.035/0001-44, com sede na Rua Comendador Araújo Leite, n.º 17, Centro, Valença, Rio de Janeiro 27600-000.

As partes acima qualificadas celebram o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de fornecimento de refeições prontas (quentinhas), acompanhadas de um copo de refresco de no mínimo 200 ml, destinadas aos porteiros da Câmara Municipal de Valença, conforme especificado no Termo de Referência e Documento de Formalização da Demanda (DFD).

1.2. O fornecimento das refeições será realizado de forma contínua e programada, com o objetivo de garantir alimentação adequada aos servidores que atuam em regime de turnos, assegurando qualidade, higiene e cumprimento das normas sanitárias aplicáveis.

1.3. As refeições fornecidas deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Composição equilibrada, contendo proteína (carne, frango, porco ou peixe), carboidrato, legumes e salada;
- Acompanhamento obrigatório de 1 copo de refresco de no mínimo 200 ml (suco natural ou bebida similar);
- Fornecimento em embalagens térmicas descartáveis, garantindo a conservação da temperatura dos alimentos até o momento do consumo;
- Preparação diária, utilizando ingredientes frescos e de qualidade, respeitando as diretrizes da ANVISA e da Vigilância Sanitária;
- Variedade no cardápio, evitando repetições excessivas.

1.4. A empresa contratada deverá realizar a entrega diária das refeições, de segunda a sexta-feira, na sede da Câmara Municipal de Valença, garantindo pontualidade e cumprimento das especificações contratuais.

1.5. A CONTRATADA deverá dispor de equipe qualificada para a produção e transporte das refeições, garantindo o manuseio adequado dos alimentos, bem como a observância de todas as exigências sanitárias e normativas vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de contratação, garantindo a idoneidade e a regularidade na execução dos serviços de fornecimento das refeições.

2.2. Fornecer as refeições prontas (quentinhas), acompanhadas de um copo de refresco de no mínimo 200 ml, conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do contrato, garantindo a qualidade, higiene e pontualidade das entregas.

2.3. Disponibilizar equipe qualificada e devidamente treinada para a preparação e transporte das refeições, garantindo a manipulação segura dos alimentos e a conformidade com as normas da ANVISA e Vigilância Sanitária.

2.4. Serviços a serem prestados pela CONTRATADA;

2.4.1. Fornecimento das Refeições



nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas neste contrato, salvo nas condições expressamente autorizadas pela CONTRATANTE.

2.10. Comunicação e Atendimento à Administração
A CONTRATADA deverá disponibilizar um responsável direto para contato com a Câmara Municipal de Valença, a fim de atender a eventuais solicitações, ajustes no fornecimento e esclarecimento de dúvidas.

2.11. Garantia de Continuidade e Substituição de Fornecimento
Caso haja falhas ou interrupções na entrega, a CONTRATADA deverá providenciar substituição imediata do fornecimento, garantindo que não haja prejuízo à alimentação dos servidores.

2.12. Fiscalização e Penalidades

A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, inspecionar as condições de preparo, armazenamento e transporte das refeições. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo: Advertência formal; Multa proporcional ao valor do contrato em caso de reincidência de falhas; Rescisão unilateral do contrato se for constatado o fornecimento inadequado recorrente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar adequadamente o fornecimento das refeições prontas (quentinhas) e dos copos de refresco, de acordo com as especificações do contrato, do Termo de Referência e demais anexos, garantindo o fluxo adequado de entrega e recebimento.

3.2. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, assegurando que a qualidade, quantidade e pontualidade do fornecimento sejam mantidas conforme as cláusulas contratuais e os termos da proposta vencedora.

3.3. Exercer a fiscalização contínua do fornecimento das refeições, designando um servidor responsável pelo acompanhamento da entrega, conferência da qualidade dos alimentos, verificação da higiene e cumprimento das normas sanitárias aplicáveis.

3.4. Notificar formalmente a CONTRATADA em caso de atraso, falha na entrega, descumprimento de especificações ou qualquer irregularidade constatada, fixando prazo razoável para correção das falhas, conforme estabelecido no contrato.



nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas neste contrato, salvo nas condições expressamente autorizadas pela CONTRATANTE.

2.10. Comunicação e Atendimento à Administração
A CONTRATADA deverá disponibilizar um responsável direto para contato com a Câmara Municipal de Valença, a fim de atender a eventuais solicitações, ajustes no fornecimento e esclarecimento de dúvidas.

2.11. Garantia de Continuidade e Substituição de Fornecimento
Caso haja falhas ou interrupções na entrega, a CONTRATADA deverá providenciar substituição imediata do fornecimento, garantindo que não haja prejuízo à alimentação dos servidores.

2.12. Fiscalização e Penalidades

A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, inspecionar as condições de preparo, armazenamento e transporte das refeições. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo: Advertência formal; Multa proporcional ao valor do contrato em caso de reincidência de falhas; Rescisão unilateral do contrato se for constatado o fornecimento inadequado recorrente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar adequadamente o fornecimento das refeições prontas (quentinhas) e dos copos de refresco, de acordo com as especificações do contrato, do Termo de Referência e demais anexos, garantindo o fluxo adequado de entrega e recebimento.

3.2. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, assegurando que a qualidade, quantidade e pontualidade do fornecimento sejam mantidas conforme as cláusulas contratuais e os termos da proposta vencedora.

3.3. Exercer a fiscalização contínua do fornecimento das refeições, designando um servidor responsável pelo acompanhamento da entrega, conferência da qualidade dos alimentos, verificação da higiene e cumprimento das normas sanitárias aplicáveis.

3.4. Notificar formalmente a CONTRATADA em caso de atraso, falha na entrega, descumprimento de especificações ou qualquer irregularidade constatada, fixando prazo razoável para correção das falhas, conforme estabelecido no contrato.



3.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme o valor estabelecido no contrato, respeitando os prazos e condições acordadas, mediante a apresentação de nota fiscal e a comprovação do correto fornecimento dos produtos.

3.6. Garantir que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas as condições necessárias para o adequado recebimento das refeições, incluindo local apropriado para o desembarque e armazenamento temporário, quando aplicável.

3.7. Manter-se disponível para esclarecimentos e ajustes necessários ao cumprimento do contrato, assegurando uma comunicação eficiente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a melhor execução do fornecimento das refeições.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 15.408 (quinze mil quatrocentos e oito reais), correspondente ao fornecimento de duas refeições prontas (quentinhas) diárias, acompanhadas de um copo de refresco de no mínimo 200 ml, pelo período de 12 (doze) meses.

4.2. O pagamento será realizado em parcelas mensais no valor de R\$ 1.284,00 (mil duzentos e oitenta e quatro reais), após a verificação e aprovação do fornecimento das refeições, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do comprovante de entrega assinado pelo responsável da Câmara Municipal de Valença.

4.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da entrega da nota fiscal e da confirmação do fornecimento das refeições em conformidade com as especificações estabelecidas no contrato.

4.4. A aprovação do fornecimento pela Administração é condição indispensável para a liberação do pagamento, sendo que eventuais inconformidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA antes da efetivação do pagamento.

4.5. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta de titularidade da CONTRATADA, previamente informada nos documentos cadastrais.



4.6. Em caso de atraso na apresentação da documentação exigida, o pagamento será automaticamente postergado até a devida regularização por parte da CONTRATADA, sem incidência de encargos para a Administração Pública.

4.7. Do Reajuste Contratual

4.7.1. O valor do contrato poderá ser reajustado anualmente, a contar da data da assinatura do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

4.7.2. O reajuste somente será concedido mediante solicitação formal da CONTRATADA, devidamente justificada e acompanhada de planilha de cálculo, demonstrando a variação dos custos e sua repercussão na execução do contrato.

4.7.3. A Administração poderá indeferir o pedido de reajuste caso constate que os aumentos solicitados não refletem efetivamente a variação de preços no mercado ou comprometam a economicidade do contrato.

4.7.4. Nos contratos cuja duração seja inferior a 12 (doze) meses, não haverá reajuste, salvo previsão expressa em lei ou decreto regulamentador.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

5.2. A prorrogação do contrato estará condicionada à avaliação satisfatória dos serviços prestados pela contratada, bem como à manutenção das condições originais de qualificação técnica e habilitação jurídica.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato poderá ser extinto nas seguintes hipóteses:

- a) Pelo cumprimento integral de seu objeto;
- b) Pelo advento do termo final de vigência, sem prorrogação;



- c) Por acordo mútuo entre as partes, formalizado por meio de termo aditivo;
- d) Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada;
- e) Pelo interesse público, devidamente justificado pela Administração Pública;
- f) Pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, mediante notificação formal;
- g) Pela falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- h) Por caso fortuito ou força maior que impossibilite a execução do contrato.

6.2. Em caso de extinção antecipada do contrato por culpa da contratada, poderão ser aplicadas penalidades, sem prejuízo das medidas cabíveis para ressarcimento de eventuais danos causados à Administração Pública.

6.3. A rescisão do contrato será formalizada por meio de processo administrativo, garantindo-se à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

6.4. Ocorrendo a extinção do contrato, a contratada deverá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, entregar à Administração Pública todos os documentos, bens ou materiais que estejam sob sua responsabilidade e que sejam necessários para assegurar a continuidade dos serviços.

6.5. A extinção do contrato não exime a contratada das obrigações remanescentes, inclusive quanto a eventuais danos ou prejuízos que venham a ser apurados após sua rescisão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a Contratada às penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021, conforme a gravidade da infração, incluindo:

- a) Advertência Formal – Aplicada em caso de infrações de menor impacto ou primeira ocorrência, sem prejuízo direto à execução contratual;
- b) Multa – Aplicada conforme a seguinte gradação: - 0,5% sobre o valor total do contrato por dia de atraso na execução dos serviços, limitada a 10% do valor total do contrato; - 5% do valor total do contrato para descumprimento parcial das obrigações contratuais não sanadas no



prazo estipulado; - 10% do valor total do contrato em caso de reincidência de infrações após aplicação de advertência formal.

c) Suspensão Temporária – Aplicada em caso de reiteradas infrações contratuais ou descumprimentos graves que comprometam a execução do contrato, impedindo a Contratada de participar de licitações e celebrar contratos com a Câmara Municipal de Valença por até 2 (dois) anos;

d) Declaração de Inidoneidade – Aplicada em casos de dolo, fraude, conluio ou qualquer conduta que atente contra a integridade da Administração Pública, impedindo a Contratada de participar de licitações e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme o devido processo legal.

7.2. As penalidades previstas poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, de acordo com a gravidade da infração e seus impactos na execução do contrato.

7.3. Independentemente da aplicação das penalidades, a Contratada será obrigada a indenizar eventuais prejuízos causados à Administração Pública em decorrência do descumprimento contratual, no prazo de até 30 (trinta) dias após notificação formal.

7.4. Será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa antes da aplicação de qualquer penalidade, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

8.1. A CONTRATADA deverá adotar medidas para minimizar os impactos ambientais decorrentes da execução do contrato, observando os princípios de sustentabilidade, responsabilidade ecológica e boas práticas ambientais no fornecimento das refeições.

8.2. O descarte de embalagens, resíduos alimentares e demais materiais utilizados na produção e transporte das refeições deverá ser realizado de forma adequada, em conformidade com as normas ambientais vigentes, sendo vedado qualquer descarte irregular que possa causar danos ao meio ambiente.

8.3. A Administração Pública poderá realizar **auditorias e inspeções** para verificar a conformidade das práticas ambientais adotadas pela CONTRATADA, sendo passível de penalização qualquer descumprimento das normas ambientais e de destinação correta dos resíduos.



CLÁUSULA NONA - DO COMPLIANCE E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

9.1. A Contratada compromete-se a observar os princípios da moralidade, probidade e idoneidade na execução do contrato, atuando em conformidade com a legislação vigente e os preceitos éticos que regem a Administração Pública.

9.2. É vedada qualquer forma de vantagem indevida, corrupção, fraude ou conduta antiética que possa comprometer a integridade do contrato ou violar as normas de compliance aplicáveis.

9.3. A Contratada deverá instituir mecanismos internos de controle e prevenção de irregularidades, bem como treinar seus colaboradores quanto às melhores práticas de ética e conformidade legal.

9.4. O descumprimento desta cláusula poderá ensejar a rescisão do contrato e a aplicação das penalidades cabíveis, incluindo a declaração de inidoneidade para contratação com o Poder Público.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS

10.1. As partes envidarão todos os esforços para solucionar eventuais conflitos decorrentes da execução do contrato de forma consensual, priorizando a negociação direta e a mediação antes de recorrer a meios administrativos ou judiciais.

10.2. Em caso de controvérsias, as partes poderão submeter a questão à Câmara de Mediação e Arbitragem ou outro órgão de solução de disputas previamente acordado, desde que compatível com a natureza do contrato e respeitados os princípios da legalidade e publicidade.

10.3. Caso a resolução consensual não seja viável, a parte prejudicada poderá adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis, observando-se o foro competente para dirimir a questão.

10.4. A adoção de métodos alternativos de solução de conflitos não impede o exercício do direito da Administração Pública de aplicar penalidades contratuais ou adotar medidas urgentes para resguardar o interesse público.


10.5. Não sendo possível a resolução amigável do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Valença, Estado do Rio de Janeiro, como competente



para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Valença, 26 de março de 2025


CONTRATANTE: Câmara Municipal de Valença, RJ
Eduardo Lima Santana de Ávila
Presidente da Câmara Municipal de Valença


CONTRATADA: Valença 17 Restaurante E Pizzaria
Representante Legal

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____